



Prefeitura do Município de Cantagalo

ESTADO PARANÁ

CNPJ 78.279.981/0001-45

Rua Cinderela, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

Lei Municipal nº 1129/2021

SÚMULA - DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO “PROGRAMA SAÚDE EM CASA PARA IDOSOS.”

Aqueles que necessitam de remédios controlados que a Prefeitura forneça o medicamento em casa evitando filas, demora e espera.

A Câmara Municipal de Cantagalo aprovou e eu, João Konjunki, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por lei, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a instituição do Programa Saúde em casa para idosos, no Município de Cantagalo, com o objetivo de encaminhar diretamente à residência das pessoas idosas, com deficiência ou mobilidade reduzida, das pessoas portadoras de doenças crônicas, usuárias da Rede Municipal de Saúde, os remédios de uso contínuo que lhes foram prescritos em tratamento regular.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a entregar o medicamento, que deverá ser efetivada na residência do paciente, salvo impossibilidade de acesso, quando poderá ser indicado pelo paciente outro endereço próximo à sua residência.

Art. 3º A periodicidade da entrega será preferencialmente mensal, devendo sempre atender aos requisitos da quantidade necessária de medicamento sem que se interrompa o tratamento, bem como o prazo de validade do medicamento a ser utilizado.

Art. 4º O envio dos medicamentos obedecerá as prescrições médicas e será executado mediante o cadastramento do paciente, que deverá ser utilizado anualmente para fins de endereçamento, prova e identidade do recebedor, obedecendo as quantidades necessárias ao uso mensal, ou ainda as quantidades prescritas pelo médico segundo a necessidade de cada paciente.

Art. 5º Além da comprovação das situações pessoais estabelecidas no Art. 1º, os interessados em obter os benefícios do Programa Saúde em casa para Idosos deverão demonstrar o preenchimento das seguintes condições:

I - Que residem no Município de Cantagalo;

II - Que estão regularmente cadastrados junto à Secretaria Municipal de Saúde;



Prefeitura do Município de Cantagalo

ESTADO PARANÁ

CNPJ 78.279.981/0001-45

Rua Cinderelo, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Saúde avaliará a necessidade do encaminhamento do remédio no domicílio do paciente, mediante avaliação da assistente social.

Art. 6º O Poder Executivo poderá criar uma central de distribuição que deverá mediante a prescrição médica, separar, acondicionar e enviar os medicamentos com aviso de recebimento por parte da pessoa beneficiada pelo Programa, seus familiares e prepostos, desde que também sejam cadastradas para este fim, controlando assim exatamente as quantidades enviadas, bem como a necessidade real de novas aquisições de medicamentos.

Art. 7º O Poder Executivo baixará os atos que se fizerem necessários à regulamentação da presente Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cantagalo, Estado do Paraná,
23 de Março de 2021.


JOÃO KONJANSKI
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ

Parágrafo único - O parecer deve ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do vencimento do prazo de apresentação da prestação de contas pelo Poder Executivo ao Tribunal de Contas que, conforme previsto na Lei Orgânica do Município, deve ocorrer até 31 de março de cada exercício.

Capítulo III Da Composição

- Art. 6º - O CACS-FUNDEB será constituído por: I - membros titulares, na seguinte conformidade: a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo, sendo pelo menos 1 (um) deles da Secretaria Municipal de Educação; b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública do Município; c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas do Município; d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas do Município; e) 2 (dois) representantes dos pais/responsáveis de alunos da educação básica pública do Município; f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública do Município, devendo 1 (um) deles ser indicado pela entidade de estudantes secundaristas; g) 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação-CME; h) 1 (um) representante do Conselho Tutelar, previsto na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, indicado por seus pais; i) 2 (dois) representantes de organizações da sociedade civil; j) 1 (um) representante das escolas do campo;



Município de Porto Barreiro.



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ

II - membros suplentes: para cada membro titular, será nomeado um suplente, representante da mesma categoria ou segmento social com assento no Conselho, que substituirá o titular em seus impedimentos temporários, provisórios e em seus afastamentos definitivos, ocorridos antes do fim do mandato.

- § 1º - Para fins da representação referida na alínea I do inciso I deste artigo, as organizações da sociedade civil deverão atender as seguintes condições: I - ser pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014; II - desenvolver atividades direcionadas ao Município; III - estar em funcionamento há, no mínimo, 1 (um) ano da data de publicação do edital; IV - desenvolver atividades relacionadas à educação ou ao controle social dos gastos públicos; V - não figurar como beneficiária de recursos fiscalizados pelo CACS-FUNDEB ou como contratada pela Administração a título oneroso.

Art. 7º - O Presidente e o Vice-Presidente do CACS-FUNDEB serão eleitos por seus pares em reunião do colegiado, nos termos previstos no seu regimento interno. Parágrafo único - Ficam impedidos de ocupar as funções de Presidente e de Vice-Presidente qualquer representante do Poder Executivo no colegiado. Art. 8º - A atuação dos membros do CACS-FUNDEB:

- I - não será remunerada; II - será considerada atividade de relevante interesse social; III - assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações; IV - será considerada dia de efetivo exercício dos representantes de professores, diretores e servidores das escolas públicas em atividade no Conselho; V - veda, no caso dos conselheiros representantes de professores, diretores ou servidores das escolas públicas, no curso do mandato: a) a exoneração de ofício, demissão do cargo ou emprego sem justa causa ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atua; b) o afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado; VI - veda, no caso dos conselheiros representantes dos estudantes em atividade no Conselho, no curso do mandato, a atribuição de falta injustificada nas atividades escolares, sendo-lhes assegurados os direitos pedagógicos.



Município de Porto Barreiro.



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ

Capítulo IV Da Vigência

Art. 9º - O primeiro mandato dos Conselheiros do CACS-FUNDEB, nomeados nos termos desta Lei terá vigência até 31 de dezembro de 2022. Parágrafo único - Caberá aos atuais membros do CACS-FUNDEB exercer as funções acompanhamento e de controle



Município de Porto Barreiro.



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ

previstas na legislação até a assunção dos novos membros do colegiado nomeados nos termos desta Lei.

Art. 10º - A partir de 1º de janeiro do terceiro ano de mandato do Prefeito, o mandato dos membros do CACS-FUNDEB será de 4 (quatro) anos, vedada a recondução para o próximo mandato.

Capítulo V Das Disposições Finais

Art. 11º - Ficam impedidos de integrar o CACS-FUNDEB:

- I - o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Secretários Municipais, bem como seus cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau; II - o tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou ao controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins de profissionais, até o terceiro grau; III - estudantes que não sejam emancipados; IV - responsáveis por alunos ou representantes da sociedade civil que: a) exercam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do Poder Executivo; b) prestem serviços terceirizados no âmbito do Poder Executivo.

Art. 12º - Os membros do CACS-FUNDEB, observados os impedimentos previstos no artigo 7º desta Lei, serão indicados na seguinte conformidade: I - pelo Prefeito, quando se tratar de representantes do Poder Executivo;

II - pelo conjunto dos estabelecimentos ou entidades de âmbito municipal, quando se tratar dos representantes



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ

dos diretores, pais de alunos e estudantes, conforme o caso, em processo eletivo organizado para esse fim, pelos respectivos pares; III - pelas entidades sindicais da respectiva categoria, quando se tratar dos representantes de professores e servidores administrativos; IV - pela Secretaria Municipal de Educação, por meio de processo eletivo amplamente divulgado e observadas as condições previstas nos §§ 1º e 2º do artigo 6º desta Lei, quando se tratar de organizações da sociedade civil e, se necessário, do segmento de estudantes e seus responsáveis.

Parágrafo único - As indicações dos Conselheiros ocorrerão com antecedência de, no mínimo, 20 (vinte) dias do término do mandato dos conselheiros já designados. Art. 13º - Compete ao Poder Executivo designar, por meio de portaria específica, os integrantes do CACS-FUNDEB, em conformidade com as indicações referidas no artigo 8º desta Lei. Art. 14º - As reuniões do CACS-FUNDEB serão realizadas:

- I - na periodicidade definida pelo regimento interno, respeitada a frequência mínima bimestral, ou por convocação de seu Presidente; II - extraordinariamente, quando convocadas pelo Presidente ou mediante solicitação por escrito de no mínimo, 2/3 (dois terços) dos integrantes do colegiado. § 1º - As reuniões serão realizadas em primeira convocação, com a maioria simples dos membros do CACS-FUNDEB ou, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, com os membros presentes. § 2º - As deliberações serão aprovadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade nos casos em que o julgamento depender de desempate.



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ

Art. 15º - O site na internet contendo informações atualizadas sobre a composição e o funcionamento do CACS-FUNDEB terá continuidade com a inclusão: I - dos nomes dos Conselheiros e das entidades ou segmentos que representam; II - do correio eletrônico ou outro canal de contato direto com o Conselho; III - das atas de reuniões; IV - dos relatórios e pareceres; V - outros documentos produzidos pelo Conselho. Art. 16º - Caberá ao Poder Executivo, com vistas à execução plena das competências do CACS-FUNDEB, assegurar: I - infraestrutura, condições materiais e equipamentos adequados e local para realização das reuniões; II - profissional de apoio para secretar, em especial, as reuniões do colegiado. Art. 17º - O regimento interno do CACS-FUNDEB deverá ser atualizado e aprovado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após a posse dos Conselheiros. Art. 18º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei Municipal nº 215, de 30 de maio de 2007.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Barreiro, Estado do Paraná, em 24 de março de 2021.

EMANOEL VANDERLEI VOLLFF Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2021

Fica ratificada o julgamento proferido pela Comissão Permanente de Licitação, nomeada através do Decreto nº 023/2021, de 11 de junho de 2021, que resolveu pela adoção de Dispensa de Licitação, com futuro no artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.886/93 para a contratação da empresa TOP PRINT SOLUÇÕES EM IMPRESSORAS LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº. 20.438.534/0001-01 para LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNÇÃOIS COM SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, REPOSIÇÃO DE PEÇAS E SUPRIMENTOS, pelo valor total de R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais).

Porto Barreiro, 16 de março de 2021.

EMANOEL VANDERLEI VOLLFF Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2021

Fica ratificada o julgamento proferido pela Comissão Permanente de Licitação, nomeada através do Decreto nº 023/2021, de 11 de junho de 2021, que resolveu pela adoção de Dispensa de Licitação, com futuro no artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.886/93 para a contratação da empresa TOP PRINT SOLUÇÕES EM IMPRESSORAS LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº. 20.438.534/0001-01 para LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNÇÃOIS COM SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, REPOSIÇÃO DE PEÇAS E SUPRIMENTOS, pelo valor total de R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais).

Porto Barreiro, 16 de março de 2021.

EMANOEL VANDERLEI VOLLFF Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 19/2021 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 14/2021

Empresa Contratada: TOP PRINT SOLUÇÕES EM IMPRESSORAS LTDA EPP CNPJ: 20.438.534/0001-01

Objeto: LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNÇÃOIS COM SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, REPOSIÇÃO DE PEÇAS E SUPRIMENTOS.

Table with columns: Item, Descrição do produto/serviço, QTD, UN, Preço, Preço total. Includes items for multi-functional printers and internet services.

Vigência: De 16/03/2021 a 15/03/2022. Foro: Comarca de Laranjeiras do Sul - Paraná. Porto Barreiro, 16 de março de 2021.

EMANOEL VANDERLEI VOLLFF Prefeito Municipal CPF: 054.104.129-49



Prefeitura do Município de Cantagalo ESTADO PARANÁ

AVISO DE PRORROGAÇÃO E RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2021-PMC EXCLUSIVO PARA ME OU EPP

O Município de Cantagalo, Estado do Paraná, através de seu Pregoeiro, tendo em vista a Lei Federal nº. 10.520/02, Decreto Federal nº 3.555/00, bem como a Lei Complementar nº 123/2006, e subsidiariamente à Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, torna público que fará realizar às 14H00MIN DO DIA 12 DE ABRIL DE 2021, na sede da Prefeitura Municipal, situada a Rua Cinderele, 379, fone (42) 3636-1185, o PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2021, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PARA IMPRESSORAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL E AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, conforme especificações do edital.

Os interessados deverão retirar o edital de licitação no site do Município de Cantagalo/PR: <http://cantagalo.pr.gov.br>, bem como pedidos de esclarecimentos, dúvidas e informações na Prefeitura Municipal, setor de licitações ou pelo e-mail: licitacao@cantagalo@hotmail.com

Cantagalo, 24 de março de 2021.

JOSMAR ALEXANDRE DE OLIVEIRA Pregoeiro



Prefeitura do Município de Cantagalo ESTADO PARANÁ

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 10/2021-PMC RATIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, com base nos memorandos, justificativa e parecer jurídico anexos, ratifica a Dispensa de Licitação nº. 10/2021-PMC, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE MUDAS DE FLORES, DESTINADAS A MANUTENÇÃO DO EMBELEZAMENTO DAS RUAS E PRAÇAS PÚBLICAS, e Adjudica o objeto a seguinte Empresa: - LEDIANE ECCO & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 19.140.429/0001-02, no valor total de R\$ 12.540,00 (doze mil quinhentos e quarenta reais).

Cantagalo, 19 de março de 2021.

JOÃO KONJUNSKI PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura do Município de Cantagalo ESTADO PARANÁ

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 11/2021-PMC RATIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, com base nos memorandos, justificativa e parecer jurídico anexos, Ratifica a Dispensa de Licitação nº. 11/2021-PMC, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARMAZENAMENTO DE DADOS - SERVIDOR EM NUVEM, PARA UTILIZAÇÃO PELO MUNICÍPIO DE CANTAGALO, e Adjudica o objeto à proponente: - EVRO SERVIÇOS DE INTERNET LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 07.358.108.0001-08, no valor total de R\$ 10.992,00 (dez mil novecentos e noventa e dois reais) pelo período de 12 meses.

Cantagalo, 19 de março de 2021.

JOÃO KONJUNSKI PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº. 064/2021

SÚMULA: Nomeia os Membros da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil

O Prefeito do Município de Cantagalo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade de atualização dos membros da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil:

DECRETA.

Art. 1º - Ficam Nomeados os representantes da Administração direta e indireta para comporem a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, conforme segue:

DIRETOR DE DEFESA CIVIL Diretor: LUCAS ABREU Suplente: SANDRO ROBERTO BALDISSERA

COORDENADORIA DE OPERAÇÕES DA DEFESA CIVIL Coordenador(a) de Operações: EMERSON JOSE RAVANELLO Secretário: FERNANDO ABREU

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Art. 3º - Publique-se e arquivar-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cantagalo, 23 de Março de 2021

JOÃO KONJUNSKI Prefeito Municipal



Prefeitura do Município de Cantagalo ESTADO PARANÁ

Lei Municipal nº 1127/2021

EMENTA - Súmula: Concede revisão geral anual sobre o vencimento básico dos servidores da Câmara Municipal de Cantagalo-PR e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Cantagalo aprova e eu, João Konjunki, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por lei, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedida, em parcela única, revisão salarial anual na ordem de 4,52% (quatro vírgula cinquenta e dois por cento) sobre os vencimentos básicos dos servidores da Câmara Municipal de Cantagalo-PR.

Art. 2º - O índice especificado no art. 1º desta Lei refere-se ao índice de inflação do IBICA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, acumulado no período de janeiro/2020 a dezembro/2020.

Art. 3º - O referido reajuste está amparado no inciso X, do Artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de março de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cantagalo, Estado do Paraná, 23 de Março de 2021.

JOÃO KONJUNSKI Prefeito Municipal



Prefeitura do Município de Cantagalo ESTADO PARANÁ

Lei Municipal nº 1128/2021

SÚMULA: Reconhece, no âmbito do Município de Cantagalo - PR, a visão monocular, nos termos da Lei Estadual nº 16.945, DE 15 DE NOVEMBRO DE 2011.

A Câmara Municipal de Cantagalo aprova e eu, João Konjunki, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por lei, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica reconhecida como deficiência sensorial do tipo visual, no âmbito do município de Cantagalo - PR, a visão monocular, nos termos da Lei Estadual nº 16.945, DE 15 DE NOVEMBRO DE 2011.

Parágrafo Único - A classificação a que se refere o caput deste artigo possibilitará ao deficiente sensorial monocular a regularização legal, os meios diretos e garantias asseguradas às pessoas com deficiência prevista na legislação municipal.

Art. 2º - As pessoas com visão monocular apresentam impedimento de longo prazo subseqüente à Lei nº 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, e promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, e demais legislações em vigor.

Art. 3º - Fica instituído o Dia Municipal da Pessoa com Visão Monocular, a ser comemorado, anualmente, no dia 05 de maio.

Parágrafo Único. O dia que trata esta Lei passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Município de Cantagalo - PR.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cantagalo, Estado do Paraná, 23 de Março de 2021.

JOÃO KONJUNSKI Prefeito Municipal



Prefeitura do Município de Cantagalo ESTADO PARANÁ

Lei Municipal nº 1129/2021

SÚMULA - DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO "PROGRAMA SAÚDE EM CASA PARA IDOSOS." Aqueles que necessitam de remédios controlados que a Prefeitura forneça o medicamento em casa evitando filas, demora e espera.

A Câmara Municipal de Cantagalo aprova e eu, João Konjunki, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por lei, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a instituição do Programa Saúde em casa para idosos, no Município de Cantagalo, com o objetivo de encaminhar diretamente à residência das pessoas idosas, com deficiência, mobilidade reduzida, das pessoas portadoras de doenças crônicas, usuárias da Rede Municipal de Saúde, os remédios de uso contínuo que lhes foram prescritos em tratamento regular.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a entregar o medicamento, que deverá ser efetivada na residência do paciente, salvo impossibilidade de acesso, quando poderá ser indicado pelo paciente outro endereço próximo à sua residência.

Art. 3º A periodicidade da entrega será preferencialmente mensal, devendo sempre atender aos requisitos da quantidade necessária de medicamento sem que se interrompa o tratamento, bem como o prazo de validade do medicamento a ser utilizado.

Art. 4º O envio dos medicamentos obedecerá as prescrições médicas e será executado mediante o cadastramento do paciente, que deverá ser utilizado anualmente para fins de reatendimento, prova e identidade do receptor, obedecendo as quantidades necessárias ao uso mensal, ou ainda as quantidades prescritas pelo médico segundo a necessidade de cada paciente.

Art. 5º Além da comprovação das situações pessoais estabelecidas no Art. 1º, os interessados em obter os benefícios do Programa Saúde em casa para Idosos deverão demonstrar o preenchimento das seguintes condições:

- I - Que residem no Município de Cantagalo;
- II - Que estão regularmente cadastrados junto à Secretaria Municipal de Saúde;

JOÃO KONJUNSKI



Prefeitura do Município de Cantagalo

ESTADO PARANÁ

CNPJ 78.279.981/0001-45

Rua Candeado, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1188

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Saúde avaliará a necessidade do encaminhamento do remédio no domicílio do paciente, mediante avaliação da assistente social.

Art. 6º O Poder Executivo poderá criar uma central de distribuição que deverá mediante a prescrição médica, separar, acondicionar e enviar os medicamentos com aviso de recebimento por parte da pessoa beneficiada pelo Programa, seus familiares e prepostos, desde que também sejam cadastradas para este fim, controlando assim exatamente as quantidades enviadas, bem como a necessidade real de novas aquisições de medicamentos.

Art. 7º O Poder Executivo baixará os atos que se fizerem necessários à regulamentação da presente Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cantagalo, Estado do Paraná, 23 de Março de 2021.

JOÃO KONJUNSKI
Prefeito Municipal

VOCÊ SABE O QUE ACONTECE CADA VEZ QUE UM LIVRO, UM CADERNO, UMA REVISTA, UMA EMBALAGEM OU UM PANFLETO É IMPRESSO?

UMA NOVA ÁRVORE DA EDUCAÇÃO, DA INFORMAÇÃO E DA DEMOCRACIA

É PLANTADA.



NO BRASIL AS ÁRVORES DESTINADAS À PRODUÇÃO DE PAPEL PROVÊM DE FLORESTAS PLANTADAS, QUE AJUDAM NA ABSORÇÃO DO GÁS CARBÔNICO

42 3639 2944 GRÁFICA CORREIO LARANJEIRAS DO SUL - PR



Câmara Municipal de Nova Laranjeiras
Estado do Paraná
CNPJ nº. 95.587.663/0001-60
Rua Rio Grande do Sul, nº. 2.122, Centro - CEP: 85350-000
E-mail: contato@cmnl.pr.gov.br / legislativo@cmnl.pr.gov.br
Fone: (42) 3637-1202



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº: 05/2021

Dispensa de licitação Nº: 06/2021

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS

CNPJ Nº 95.587.663/0001-60

Empresa Contratada: VALE SOLUÇÕES EM GESTÃO LTDA

CNPJ Nº 11.175.340/0001-70

Objeto: Hospedagem, manutenção e demais serviços relacionados ao site da Câmara Municipal de Nova Laranjeiras.

Vigência: 12 (doze) meses a partir de 29/03/2021.

Valor: R\$ 290,00 (duzentos e noventa reais) mensais pelo período de 12 (doze) meses, totalizando ao final do contrato o valor de R\$ 3.480,00 (três mil quatrocentos e oitenta reais), sendo esse valor pago mensalmente e mediante emissão de nota fiscal e prestação do serviço de forma adequada.

Nova Laranjeiras, 23 de março de 2021.

Dirceu Fernandes Dos Santos
Presidente
Câmara Municipal De Nova Laranjeiras
CONTRATANTE

Meire Leine Colauto De Oliveira
Responsável Legal
Vale Soluções Em Gestão LTDA
CONTRATADA

ASSOCIAÇÃO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO CENTRO OESTE DO PARANÁ - ASSISCOP
CNPJ N.º 02.322.413/0001-18
RUA DIOGO PINTO, 1320 - 1º ANDAR - CEP. 85.301-290 - CENTRO - FONE: (42) 3635 1188
LARANJEIRAS DO SUL - PARANÁ.

Resolução nº 14/2021
DATA: 22/03/2021

SÚMULA: Dispõe sobre o ponto facultativo referente à Quinta-feira 01/04/2021.

O Presidente da ASSOCIAÇÃO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO CENTRO OESTE DO PARANÁ - ASSISCOP, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Federal nº. 10.520/02,

RESOLVE

Art. 1º Fica Autorizado PONTO FACULTATIVO aos colaboradores do Consórcio ASSISCOP, no dia 01 de ABRIL de 2021 em período integral, em virtude da QUINTA-FEIRA da Semana Santa, anterior ao domingo de Páscoa.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.

ELIO BOLZON JUNIOR
Presidente da ASSISCOP



Câmara Municipal de Nova Laranjeiras
Estado do Paraná
CNPJ nº. 95.587.663/0001-60
Rua Rio Grande do Sul, nº. 2.122, Centro - CEP: 85350-000
E-mail: contato@cmnl.pr.gov.br / legislativo@cmnl.pr.gov.br
Fone: (42) 3637-1202



DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 06/2021 - CÂMARA MUNICIPAL
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

A Câmara Municipal de Nova Laranjeiras, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com base nos despachos, justificativas e pareceres jurídicos, anexos, RATIFICA a dispensa de licitação Nº 06/2021 - Câmara Municipal, cujo objeto é a contratação de empresa para fazer hospedagem, manutenção e demais serviços relacionados ao site da Câmara Municipal de Nova Laranjeiras e ADJUDICA os itens da empresa VALE SOLUÇÕES EM GESTÃO LTDA, CNPJ nº 11.175.340/0001-70, que apresentou orçamento no valor de R\$ 290,00 (duzentos e noventa reais) mensais para prestar o serviço pelo período de 12 (doze) meses, com pagamento mensal mediante emissão de nota fiscal e prestação do serviço de forma adequada.

Nova Laranjeiras, 23 de março de 2021.

Dirceu Fernandes Dos Santos
Presidente Câmara Municipal

REPUBLICAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE PINHÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
01/01/2020 A 31/12/2020

Table with columns for months (01/2020 to 12/2020) and rows for various expense categories like Salaries, Social Security, etc. Includes summary rows for total and legal limits.

Cléber da Silva Amado
Tadeu Luis Komar
CONTROLLER INTERNO
ENC. CONTÁBIL E RM
CÂMARA MUNICIPAL DE PINHÃO

REPUBLICAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE PINHÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
01/01/2020 A 31/12/2020

Table with columns for months (01/2020 to 12/2020) and rows for various expense categories, similar to the first table.

Cléber da Silva Amado
Tadeu Luis Komar
CONTROLLER INTERNO
ENC. CONTÁBIL E RM
CÂMARA MUNICIPAL DE PINHÃO